

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.510 - RJ (2019/0197374-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : CAMILLE VIEIRA GOLONI DE SOUZA
AGRAVANTE : E C DE S J - POR SI E REPRESENTANDO
AGRAVANTE : L G DE S (MENOR)
AGRAVANTE : M G DE S (MENOR)
ADVOGADOS : ALEXANDRE BARROS PINTO COELHO - RJ157358
ARIDINEI PINHEIRO DE CARVALHO - RJ197567
KELLEN CRISTIANE DOS SANTOS MARTINS COELHO -
RJ120377
AGRAVADO : SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO : GUILHERME TILKIAN - SP257226

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. AUTORES QUE PERMANECERAM RETIDOS NO ELEVADOR SITUADO NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO RÉU POR TEMPO APROXIMADO DE 45 (QUARENTA E CINCO) MINUTOS. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. REEXAME DO ACERVO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. IMPOSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

CAMILLE VIEIRA GOLONI DE SOUZA E OUTROS (CAMILLE e OUTROS) ajuizaram ação de indenização por danos morais contra SENDAS DISTRIBUIDORA S.A. (SENDAS), julgada improcedente.

CAMILLE e OUTROS apelaram. O TJRJ negou provimento ao recurso nos seguintes termos:

RECURSO DE APELAÇÃO. Relação jurídica de consumo. Autores que permaneceram retidos no elevador situado no interior do estabelecimento réu por interregno de tempo aproximado de 45 (quarenta e cinco) minutos. Pretensão compensatória. Sentença de improcedência. Da detida análise da dinâmica dos fatos narrada nos autos, afere-se que os requerentes pretendem atribuir à conduta da requerida uma amplitude desmedidamente gravosa, que não se conforma com o cenário demonstrado nos autos, sendo possível inferir o seu intento de superestimar as consequências advindas dos fatos narrados na

Superior Tribunal de Justiça

exordial. Embora afirmem que a autora CAMILLE VIEIRA GOLONI DE SOUZA, grávida à época do ocorrido, teve uma crise nervosa que redundou no aumento de sua pressão arterial, por outro lado, afere-se pela leitura da certidão exarada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro que a aludida parte recebeu atendimento médico no local e foi liberada ato contínuo, sem haver menção a qualquer alteração em seus sinais vitais ou em sua psique, quadro que, se apurado naquele momento, recomendaria sua remoção para alguma unidade hospitalar para observação e adoção de medidas para normalizar a pressão arterial, precipuamente, considerando o seu estado gravídico. Tampouco, foi adunado aos autos qualquer registro médico contemporâneo ao evento narrado, indicando que a referida parte necessitou de atendimento médico em razão da situação vivenciada. Pondera-se que não se mostra crível que a consumidora tenha experimentado tamanho pânico e temido sofrer um aborto, com significativa elevação da pressão arterial, e, ainda assim, não haja adotado nenhuma medida visando à investigação médica de eventual comprometimento de sua gravidez. Conjuntura que não se revela suficiente a acarretar maiores repercussões de natureza existencial, sobretudo, porque inexistem nos autos indícios de prova de que os consumidores tenham sido submetidos a qualquer situação vexatória no meio social em que convive, ou à circunstância que, fugindo à normalidade, tenha interferido intensamente em seu comportamento psicológico, culminando em aflição, angústia, e desequilíbrio em seu bem-estar. O instituto do dano moral se presta a resguardar a dor e o sofrimento daquele que realmente é ofendido em sua dignidade e personalidade, de forma a causar-lhe transtorno psicológico de grau relevante ou, no mínimo, abalo que exceda a normalidade, e não de todos aqueles que, devido a uma situação pontual, se sintam abalados emocionalmente. Em outras palavras, a responsabilidade civil não está a proteger sensibilidades exageradas. Na escala valorativa resguardada pelo ordenamento jurídico (em especial a tutela civil-constitucional da dignidade e da personalidade) impende que se estabeleçam quais os bens da vida são, efetivamente, passíveis de indenização pecuniária, uma vez violados, por conduta de outrem, os direitos a eles (bens jurídicos) correlacionados. Em outras palavras: a indenização por dano moral não pode restar trivializada para todo e qualquer evento que gere incômodo à vida social, mas apenas em relação àqueles eventos que causem um abalo digno de reprovabilidade e que ostentem magnitude lesiva. Caso contrário, tal indenização configura-se como mera intenção ou obtenção de proveito econômico, equivalente a enriquecimento sem causa. Importante destacar que da existência de má prestação do serviço não decorre, automaticamente, lesões extrapatrimoniais, sob pena de considerar que todo adimplemento contratual

Superior Tribunal de Justiça

imperfeito redunda necessidade de indenização por prejuízos não mensuráveis patrimonialmente. Ademais, a reconhecida finalidade punitiva não pode, por si só, justificar a verba condenatória aludida, porquanto haveria, nesses moldes, desvirtuamento do instituto jurídico sob a justificativa de implementação de apenas uma de suas finalidades subjacentes, que não prepondera perante o fim compensatório ou reparatório. Para a caracterização da obrigação de reparar, é preciso, além da ilicitude da conduta, que exsurja como efeito o dano a bem jurídico tutelado, acarretando, efetivamente, prejuízo de cunho patrimonial ou moral. Não é suficiente apenas a prática de um fato contra legem ou contra jus, ou que contrarie o padrão jurídico das condutas. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO (e-STJ, fls. 282/284).

Irresignados, CAMILLE e OUTROS interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, alíneas *a e c*, da CF, alegando ofensa aos arts. 6º, VI e 14 do CDC, sustentando que (1) a família faz jus à compensação por danos morais em virtude da falha na prestação de serviços por parte da recorrida; e (2) que a responsabilidade civil do recorrido é objetiva, devendo reparar os danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços como decorrência do risco do empreendimento.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal Fluminense, inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 393).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece conhecimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Do dano moral.

CAMILLE e OUTROS sustentaram que a família faz jus à compensação por danos morais em virtude da falha na prestação de serviços por parte da

recorrida.

O Tribunal assim se manifestou sobre a questão:

Ultrapassada a questão acima debatida e da análise da dinâmica dos fatos narrada nos autos, afere-se que as partes requerentes pretendem atribuir à conduta da requerida uma amplitude desmedidamente gravosa, que não se conforma com o cenário demonstrado nos autos, sendo possível inferir o seu intento de superestimar as consequências advindas dos fatos narrados na exordial.

Com efeito, embora os apelantes afirmem que a autora CAMILLE VIEIRA GOLONI DE SOUZA, grávida à época do ocorrido, teve uma crise nervosa que redundou no aumento de sua pressão arterial, em razão de haver permanecido retida no interior do elevador por expressivo lapso temporal, por outro lado, afere-se pela leitura da certidão exarada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, acostada às fls. 36, que a aludida parte recebeu atendimento médico no local e foi liberada ato contínuo, sem haver menção a qualquer alteração em seus sinais vitais ou em sua psique, quadro que, se apurado naquele momento, recomendaria sua remoção para alguma unidade hospitalar para observação e adoção de medidas para normalizar a pressão arterial, precipuamente, considerando o seu estado gravídico.

Tampouco, foi adunado aos autos qualquer registro médico contemporâneo ao evento narrado, indicando que a referida parte necessitou de atendimento médico em razão da situação vivenciada.

Pondera-se que não se mostra crível que a consumidora tenha experimentado tamanho pânico e temido sofrer um aborto, com significativa elevação da pressão arterial, e, ainda assim, não haja adotado nenhuma medida visando à investigação médica de eventual comprometimento de sua gravidez.

Assinala-se que, inobstante os requerentes asseverem na peça vestibular que “ este fato desencadeou enorme desespero em sua família que ali estava presa com ela, principalmente nos seus filhos pela tenra idade, uma vez que se preocupavam em relação à sua gravidez. Neste instante o nervosismo e stress era geral, as crianças chorando a mãe passando mal e o marido tentando acalmar a todos”, tal cenário não corresponde ao retratado pelas fotografias que ilustraram o recurso de apelação, às fls. 231 e 237, precipuamente, porque as reproduções gráficas demonstram que os menores se encontravam tranquilos, sentados junto à genitora, sem esboçarem qualquer reação de desespero, inquietude ou pânico.

A seu turno, embora se reconheça que os autores permaneceram retidos no interior do elevador por interregno de tempo

Superior Tribunal de Justiça

aproximado de 45 (quarenta e cinco) minutos, considerando que afirmam que ingressaram às 17h45min/46min e o salvamento foi encerrado às 18h:30min, na forma do narrado às fls. 115/119, e que tal fato não possa ser reputado fortuito externo, por outro lado, não se vislumbra que o evento narrado tenha se revelado hábil a atingir a incolumidade física ou psíquica dos requerentes.

[...]

Atentando-se para a dinâmica dos fatos retratada nos autos, verifica-se que, embora reconheça-se que os autores permaneceram retidos no interior do elevador por aproximadamente 45 (quarenta e cinco) minutos, tal conjuntura não se revela suficiente a acarretar maiores repercussões de natureza existencial, sobretudo, porque inexistem nos autos indícios de prova de que os consumidores tenham sido submetidos a qualquer situação vexatória no meio social em que convive, ou à circunstância que, fugindo à normalidade, tenha interferido intensamente em seu comportamento psicológico, culminando em aflição, angústia, e desequilíbrio em seu bem-estar, sendo certo que eventual desdobração hábil a atingir a dignidade do consumidor deve ser analisado conforme as circunstâncias do caso concreto, sob pena de propiciar o enriquecimento sem causa.

[...]

Da análise dos fatos narrados na demanda verifica-se que os contratemplos, equivalentes à situação experimentada pelos recorrentes, não perpassam o plano dos meros dissabores e, por conseguinte, não justificam juridicamente a emissão de juízo condenatório ao pagamento de quantia para fins de reparação de lesões imateriais.

[...]

Nesse passo, forçoso reconhecer que a parte autora não se desincumbiu de comprovar os elementos mínimos do alegado direito a justificar a pretensão compensatória deduzida na peça prefacial (e-STJ, fls. 292/306)

Ademais, rever as conclusões do Tribunal de que não houve a ocorrência de dano moral, demanda o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado pela aplicação da Súmula 7 desta Corte.

(2) Da responsabilidade objetiva.

CAMILLE e OUTROS sustentaram que a responsabilidade civil do recorrido é objetiva, devendo reparar os danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços como decorrência do risco do empreendimento.

Ocorre, porém, que a questão tal como posta nas razões do recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial não foi objeto de debate no acórdão recorrido, tampouco foram opostos embargos de declaração para suprir eventual omissão. Incidem, portanto, as Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixados em desfavor de CAMILLE e OUTROS, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

